



Simulado Especial **ISS SP**

Auditor Fiscal Tributário Municipal
Área de Especialização:
Gestão Tributária
Pós-Edital

Simulado

Simulado ISS SP - Auditor Fiscal Tributário Municipal - Área de Especialização: Gestão Tributária

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS SP (Auditor Fiscal Tributário Municipal - Área de Especialização: Gestão Tributária);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-SP-05-08>

01 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE	131 - ABCDE
02 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE	132 - ABCDE
03 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE	133 - ABCDE
04 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE	134 - ABCDE
05 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE	135 - ABCDE
06 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE	136 - ABCDE
07 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE	137 - ABCDE
08 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE	138 - ABCDE
09 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE	139 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE	140 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE	141 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE	142 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE	143 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE	144 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE	145 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE	146 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE	147 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE	148 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE	149 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE	150 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE	151 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE	152 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE	153 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE	154 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE	155 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE	156 - ABCDE
					157 - ABCDE
					158 - ABCDE
					159 - ABCDE
					160 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO I**

O sistema de votação manual pode ser vulnerável, favorecendo a prática de atos que têm por objetivo fraudar a manifestação da vontade do eleitor. Entre essas práticas, pode-se citar o chamado “voto carreirinha”. Nesse tipo de fraude, um eleitor, valendo-se da desatenção ou mesmo da conivência dos componentes da mesa, deixa de depositar a cédula na urna, colocando, em seu lugar, algum pedaço de papel assemelhado. Então, a cédula oficial não depositada é entregue para outro eleitor, já preenchida, que a coloca na urna e deixa a seção eleitoral portando a cédula em branco recebida do mesário.

Outra fraude muito comum é o chamado “mapismo”. Após a apuração dos votos de determinada urna, o mapa resultante é alterado para que se beneficie algum candidato. O fraudador se vale da colaboração de algum escrutinador e da desmobilização da fiscalização para alterar o mapa com o resultado da votação daquela urna. A fraude é favorecida pela quantidade de pessoas que se aglomeram nos locais de apuração, o que dificulta sobremaneira a fiscalização das atividades pelos representantes dos partidos políticos, bem como pelos integrantes da justiça eleitoral.

A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também traz grande malefício. Os escrutinadores podem passar dias afastados de seus locais de trabalho no desenrolar do processo de apuração de votos, e, depois, ainda fazem jus a período de afastamento do trabalho por tempo equivalente. Com isso, o país deixa de contar com tal força de trabalho, o que prejudica, sobremaneira, a produção de bens e serviços.

Arthur Narciso de Oliveira Neto. Voto eletrônico: tecnologia a serviço da cidadania. In: Estudos eleitorais / Tribunal Superior Eleitoral, vol. 9, n.º1, jan.-abr./2014, p.11-13. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações)

01. Pode-se afirmar que o texto I

- a) defende o voto eletrônico como único meio de se garantir lisura ao processo.
- b) argumenta contra o sistema manual de votação
- c) estabelece as diretrizes que impedem a ocorrência de fraudes eleitorais.
- d) descreve os processos de realização do voto manual
- e) foca nos prejuízos trazidos pela convocação de voluntários para atuação nas eleições.

02. No decorrer dos dois primeiros parágrafos do texto I, o autor constrói seu raciocínio com base em uma argumentação

- a) falaciosa
- b) exemplificativa
- c) analógica
- d) silogística
- e) contraditória

03. No contexto do texto, o vocábulo “escrutinador” poderia ser substituído, mantendo-se o sentido original, por

- a) apurador
- b) trapaceiro
- c) tratante
- d) funcionário
- e) fraudador

04. "A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também traz grande malefício". Marque a opção correta cuja frase encontra-se no pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

- a) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também traria grande malefício.
- b) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também trará grande malefício
- c) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também tinha trazido grande malefício
- d) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também trazia grande malefício
- e) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também tem trazido grande malefício

05. "Como o verniz cobre um pote de barro, as palavras fingidas cobrem um coração mau"; no caso dessa frase, o vocábulo MAU está corretamente grafado como adjetivo; a frase abaixo em que esse mesmo vocábulo deveria ser grafado com a forma MAL, por ser um advérbio, é:

- a) A honestidade falta àquele que é um mau pagador
- b) Não é provável que um mau menino se torne um bom homem
- c) O dia mau é necessário
- d) Aquilo que te faz mau, não desejes ao teu próximo.
- e) Mais vale um bom amigo distante do que um mau amigo próximo.

06. Assinale a alternativa na qual a concordância verbal e a concordância nominal contemplam a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Haveria bastantes dados se os falantes se sentissem mais à vontade com o gravador.
- b) Em uma pesquisa inicial, foi descrito, conforme relatado em artigos da área, inúmeros dados de fala.
- c) Tanto a língua escrita quanto a língua falada varia.
- d) Como demonstrado pela pesquisadora, existe evidências científicas da variação linguística.
- e) A pesquisa dos linguistas demonstram resultados muito interessantes.

07. Assinale a alternativa que contém palavra ou expressão empregada com sentido figurado.

- a) A insegurança é muito presente no cotidiano de moradores de grandes centros urbanos.
- b) O policiamento garante certa tranquilidade em áreas de lazer da cidade.
- c) Investimentos são necessários para a renovação da segurança pública.
- d) Nas metrópoles, os moradores vivem reféns do medo.
- e) Entre a população mais idosa, uma porcentagem considerável deseja se mudar para lugares com maior segurança e qualidade de vida.

08. A relação de sentido que existe entre as palavras "certeza" e "incerteza" está presente também entre os termos

- a) próximo e perto
- b) desejo e vontade
- c) zelo e cuidado
- d) simples e complexo
- e) ilusão e fantasia

09. A frase em que o termo destacado apresenta a regência de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- a) A paciente **avisou** o médico que não estava se sentindo bem.
- b) Os professores **discordavam** com a atitude do diretor.
- c) Os pais estavam **ansiosos** de novos espaços recreativos.
- d) As autoridades estavam **convictas** que a educação é o melhor caminho.
- e) Todos **confiaram** da ação tomada pelas forças de segurança.

10. Assinale a alternativa em que o vocábulo em destaque introduz a ideia de explicação no trecho em que se encontra.

- a) A rua estava cheia **porque** choveu a noite toda.
- b) Todos deveriam estar em casa cedo, **porquanto** esse era o desejo dos responsáveis pela hospedagem.
- c) A vida estava monótona, **embora** houvesse motivos para se comemorar.
- d) A colheita havia sido muito boa, **logo** todos receberam bem.
- e) O contrato estava assinado, **entretanto** ainda havia pautas a serem discutidas.

TEXTO II

Em baixa velocidade, um carro passa três vezes por uma rua residencial. Fica parado, mas ninguém desce. Os moradores estranham o movimento, alertam em grupo de WhatsApp e tomam a decisão de acionar a polícia. Essa cena tem se repetido com maior frequência na esteira da expansão do programa Vizinhança Solidária.

Criado pela Polícia Militar há dez anos, o projeto tinha pouca adesão até 2017, quando a polícia contabilizou 517 grupos. O número quase triplicou em 2018, quando o programa virou lei estadual, passando a 1.473 grupos. Até junho deste ano, já eram 1.548. A ideia é simples. Moradores de uma rua ou bairro se reúnem, conversam sobre segurança, criam grupos e entram em contato com o batalhão local.

É estabelecido um canal com a polícia, que passa orientações, e situações suspeitas passam a ser reportadas. A implantação é gratuita e voluntária, mas os moradores podem custear equipamentos de segurança, de comunicação e placas que indiquem o monitoramento.

Ainda que o propósito seja diminuir a ocorrência de crimes por meio da participação do cidadão, críticos afirmam que garantir a segurança deveria ser papel do Estado. Indicam ainda o risco de efeitos colaterais, como reforço de discriminação contra negros e pobres. Para antropóloga e cientista política Jacqueline Muniz, o policiamento comunitário não pode ser “distribuir carteirinha de policial nem ninguém virar x9 [delator]”.

O método existe desde os anos 1980 porque a polícia é incapaz de, sozinha, garantir a segurança pública. Então, a alternativa é ampliar a participação da sociedade, afirma Muniz. A iniciativa, porém, depende da credibilidade dos agentes de segurança. “O índice de sucesso está ligado ao fato de a sociedade reconhecer a polícia como democrática”, diz. Se não, a corporação é incapaz de mobilizar moradores.

Esse tipo de iniciativa também pode produzir aproximação com a corporação. “Acaba por reduzir o risco de violência policial e aumenta a confiança em relação à polícia”, diz o cientista social André Zanetic, que, assim como Muniz, é parte do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ele, no entanto, teme que a vigilância reforce injustiças e transfira a responsabilidade do Estado para as pessoas. “Tem um risco de estigmatizar determinados cidadãos. E, uma vez que a população é instada a informar atitudes suspeitas, ela faz uma atividade muito próxima do policiamento”, diz Zanetic.

Sua outra preocupação é que projetos do tipo fiquem restritos a áreas mais centrais, uma vez que em bairros periféricos há maior resistência em relação à atuação da polícia e maior presença do tráfico. Em São Mateus, na zona leste, faz cinco meses que o representante comercial Danilo Julian, 28, tenta implementar o Vizinhança Solidária. “É uma necessidade na região, carente do poder público”, diz. Por lá, a principal reclamação é a falta de ronda da PM.

(Paulo Gomes e Thaiza Pauluze. Sensação de insegurança leva moradores de SP a vigiarem bairros. Disponível em folha.uol.com.br. Acessado em: 10.10.2020)

11. Segundo o texto II,

- a) O programa Vizinhança Solidária é uma iniciativa dos moradores de bairros mais ricos em São Paulo.
- b) Um das dificuldades para a implantação do programa em bairros periféricos é a falta de tecnologia nessas regiões mais pobres.
- c) A antropóloga e cientista política Jacqueline Muniz pondera que o policiamento comunitário não pode consistir em distribuir carteirinha de policial nem em produzir delatores.
- d) O cientista social André Zanetic só vê benefícios no programa Vizinhança Solidária, pois esse programa aproxima a polícia da sociedade.
- e) Em São Mateus, graças à persistência do representante comercial Danilo Julian, o programa foi implementado há 5 meses.

12. Assinale a alternativa em que as palavras “instada” (7º parágrafo) e “resistência” (8º parágrafo) têm seus sentidos corretos e respectivamente expressos

- a) solicitada e relutância
- b) pedida e admiração
- c) obrigada e relutância
- d) solicitada e medo
- e) obrigada e admiração

13. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) A partir de hoje, todas as publicações terão de ser analisadas antecipadamente.
- b) Era dificultoso ir a uma comemoração distante de minha casa.
- c) Em meio a sociedade capitalista, o importante é ter ou parecer ter.
- d) Os cuidados em relação a doenças transmissíveis devem ser os mesmos.
- e) Deram ordem para que o relatório fosse entregue a mim.

14. Considere a passagem a seguir:

Para empreender, são necessários muitos anos de estudo. Além disso, a criatividade e a certeza de que vai dar certo possibilitam bons resultados.

Os termos destacados são responsáveis por articular os enunciados do texto, estabelecendo entre eles, respectivamente, relações de sentido de

- a) Finalidade e adição
- b) Causa e oposição
- c) Explicação e adição
- d) Causa e explicação
- e) Explicação e concessão

TEXTO III



15. Em relação ao Texto III, pode-se inferir que:

- a) o personagem escreve a carta na tentativa de constranger o Papai Noel a apresentá-lo.
- b) o personagem escreve a carta com o objetivo de questionar o Papai Noel acerca de seu local de moradia.
- c) a carta foi escrita como forma de denúncia das condições subumanas de trabalho oferecidas pelo Papai Noel.
- d) o objetivo da carta era levar o Papai Noel à reflexão sobre a busca por condições mais vantajosas de mercado.
- e) o personagem não tem certeza da localização do Papai Noel, o que o leva a escrever uma carta para confirmar a informação.

16. Assinale a alternativa em que a pontuação não está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Os estudantes, mesmo aqueles reprovados, devem comparecer à cerimônia.
- b) Todos estavam ansiosos pelos resultados, e não perceberam a alteração de cronograma.
- c) Cabe ressaltar que geralmente, a taxa de desemprego, cresce em situações de instabilidade política.
- d) Em janeiro todos estarão de férias nas ilhas caribenhas.
- e) As propostas foram feitas de acordo com o contrato, quando tudo ainda seguia um padrão.

17. A frase em que o pronome oblíquo átono está empregado corretamente, segundo as regras da colocação pronominal, é:

- a) Os responsáveis pela construção esconderiam-se da fiscalização.
- b) Se coloque à disposição de seus amigos!
- c) Os policiais haviam confundido-o com o suspeito do crime.
- d) As pessoas que candidataram-se ao cargo não possuíam as qualidades necessárias.
- e) Ao acusar-me, garanta que tenha provas.

18. É obrigatório o emprego da preposição DE antecedendo o termo que em:

- a) O prejuízo que todos se referem não é resultado das últimas empreitadas.
- b) O projeto que colabore ganhou muito reconhecimento nesse último ano.
- c) Os benefícios que a tecnologia traz superam os pontos negativos.
- d) O papel que a Fundação desempenhou revelou-se fundamental.
- e) O presente que todos gostavam havia esgotado.

19. O conectivo destacado em "Embora tivesse apoio, a votação não ocorreu como o combinado" pode ser corretamente substituído por:

- a) Visto que
- b) Logo que
- c) Sem que
- d) Uma vez que
- e) Por mais que

20. O sonho e a realidade nem sempre caminham na mesma direção; _____ se apresenta com doses de verdade que nem sempre aceitamos, _____ permite uma vida com mais esperança no amanhã.

Se a coesão dessa frase se fizer por meio de pronomes demonstrativos, em obediência às normas da língua culta, serão empregados, respectivamente, os pronomes

- a) aquele – esta.
- b) aquela – esse.
- c) estas – aquelas.
- d) esta – aquele.
- e) aquele - esta.

21. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto segundo a norma-padrão de regência e de emprego do artigo.

As decisões tomadas _____ Cúpula de Intervenções Emergenciais implicam demissão em massa. Ao esquecer _____ demandas solicitadas por áreas específicas _____ as condições de trabalho, a Cúpula deixou um clima nada amistoso no congresso.

- a) pela ... as ... sobre
- b) por ... das ... de
- c) por ... as ... de
- d) pela ... das ... para
- e) pela ... das ... sobre

22. Assinale a alternativa em que a flexão do substantivo composto no plural é feita da mesma forma que ocorre com a palavra “couve-flor”.

- a) guarda-roupa
- b) guarda-noturno
- c) decreto-lei
- d) quebra-cabeça
- e) vice-presidente

23. Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada está flexionada em conformidade com a norma-padrão.

- a) Quando as autoridades **intervirem**, tudo ficará melhor.
- b) Ele **anteveio** esse resultado.
- c) Eu **requeiro** todas as provas usadas contra mim.
- d) Se os órgãos responsáveis **prevessem** esses resultados, não teriam tomado aquelas decisões.
- e) Se eu me **precavisse**, não estaria nessa situação.

24. O par de frases abaixo que mostra uma relação de causa/efeito é:

- a) João chegou ao trabalho cansado / João não dormiu a noite toda
- b) O festival de música durava uma semana / Não era fácil organizar o festival
- c) A sala de aula estava cheia / Muitos alunos estavam presentes.
- d) A limpeza urbana está precária / Não há concurso para agente de limpeza urbana há anos.
- e) Recife é um dos principais destinos dos brasileiros / As praias de Recife são lindas.

25. Assinale a alternativa em que o termo destacado na frase atribui uma característica à palavra anterior.

- a) Não achava a escova de pentear **cabelo**.
- b) Sabíamos de **tudo** que estava acontecendo.
- c) Descartou **permanentemente** a ideia apresentada.
- d) Todos pareciam estar **bastante** cansados.
- e) Havia um bar **interessante** na rua principal.

MÉTODOS QUANTITATIVOS E RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

26. Cecília passou no concurso do ISS SP (estudando no Estratégia Concursos, nem precisava dizer, né?) e, ao receber o seu primeiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 28.800,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 30.720,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Cecília é:

- a) 2,50% a.m.;
- b) 2,60% a.m.;
- c) 2,70% a.m.;
- d) 2,80% a.m.;
- e) 2,90% a.m..

27. Cecília desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Cecília, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Cecília. Podemos deduzir que o valor que Cecília recebeu foi de:

- a) R\$ 32.640,00
- b) R\$ 32.520,00
- c) R\$ 32.820,00
- d) R\$ 33.600,00
- e) R\$ 33.940,00

28. Marcela tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m..

Portanto, Marcela pagará, na quarta prestação, o valor de:

Dado: $1,07^5 = 1,4$ $1,07^6 = 1,5$

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 6.025,00
- c) R\$ 6.125,00
- d) R\$ 6.175,00
- e) R\$ 6.250,00

29. A empresa NOSFERATU CONCURSOS contrai um empréstimo no valor de R\$ 160.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 34.936,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a) $81\% \leq S < 82\%$
- b) $80\% \leq S < 81\%$
- c) $79\% \leq S < 80\%$
- d) $78\% \leq S < 79\%$
- e) $77\% \leq S < 78\%$

30. Mariana, uma jovem empreendedora, deseja comprar um equipamento cujo valor é de R\$ 200.000,00 utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. O banco financia esse equipamento em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos. Assim, a trigésima sexta prestação a ser paga será de:

- a) R\$ 3.600,00
- b) R\$ 4.600,00
- c) R\$ 4.800,00
- d) R\$ 4.400,00
- R\$ 5.000,00

31. Qual é a equação da reta tangente à curva $y = x^3 - x^2 + 4x - 3$ no ponto $x = 1$

- a) $y = 5x - 1$
- b) $y = 5x - 2$
- c) $y = 4x - 3$
- d) $y = 5x - 4$
- e) $y = 4x - 5$

32. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

33. Em uma festa de casamento com 126 pessoas, o número de homens era o dobro do de mulheres. Dos homens, 22 usavam terno e não usavam relógio, e o total dos que usavam relógio era igual a 42. Das mulheres, havia tantas que não usavam vestido quanto o número de homens que não usavam nem terno e nem relógio. Sabendo-se que 7 mulheres usavam vestido e relógio, o número de mulheres que usavam vestido mas não usavam relógio era igual a

- a) 10.
- b) 17
- c) 15.
- d) 5.
- e) 21.

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 papiloscopistas da polícia federal a respeito da atividade A — identificação de vítimas — e da atividade B — descoberta de crimes de falsificação — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, resolva as questões 34 e 35.

34. Qual é a quantidade máxima de papiloscopistas desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades?

- a) 5
- b) 7
- c) 8
- d) 4
- e) 6

35. Infere-se dos dados que a quantidade mínima de papiloscopistas desse grupo que gostam das duas atividades é igual a:

- a) 20
- b) 21
- c) 22
- d) 23
- e) 24

36. Uma amostra aleatória de tamanho 5 é retirada de uma população e observa-se que seus valores, quando postos em ordem crescente, obedecem a uma Progressão Aritmética.

Se a variância amostral não viciada vale 40, qual é o valor da razão da Progressão Aritmética?

- a) 3
- b) $5\sqrt{2}$
- c) 4
- d) $2\sqrt{5}$
- e) 1

37. A probabilidade de Joana ir fazer a prova do ISS SP é de 0,6 e a probabilidade de Manuel ir fazer a prova do ISS SP é de 0,5. A probabilidade condicional de Joana ir fazer a prova do ISS SP dado que Manuel fará a prova do ISS SP é de 0,7. Assim a probabilidade de que Joana vá fazer a prova do ISS SP OU Manuel vá fazer a prova do ISS SP é de:

- a) 55%
- b) 64%
- c) 69%
- d) 72%
- e) 75%

38. A vendedora de carros Cecília decide testar uma hipótese a respeito de vendas mensais. Ela acredita que o número máximo de vendas mensais seja igual a 10. Para testar $H_0: \mu \leq 10$ contra $H_1: \mu > 10$, sendo μ a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,002 e não rejeitar H_0 .
- b) 0,002 e rejeitar H_0
- c) 0,576 e rejeitar H_0
- d) 0,105 e rejeitar H_0 .
- e) 0,105 e aceitar H_0

39. Um estudo com uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos cariocas acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de cariocas que acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano é:

- a) $64\% \pm 2,7\%$
- b) $64\% \pm 3,6\%$
- c) $64\% \pm 4,2\%$
- d) $64\% \pm 4,7\%$
- e) $64\% \pm 5,4\%$

40. Suponha que o número de divórcios em uma grande cidade, seja uma variável aleatória X com distribuição de Poisson com média de λ divórcios. Sabe-se que a probabilidade de ocorrerem, mensalmente, 3 divórcios é igual a probabilidade de ocorrerem 4 divórcios.

Nessas condições, a probabilidade de, em um determinado mês, ocorrer pelo menos 2 divórcios é igual a:

Dados: $e^{-2} = 0,135$; $e^{-4} = 0,018$.

- a) 83%
- b) 85%
- c) 87%
- d) 89%
- e) 91%

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

41. A Lei Complementar 123/2006, com suas alterações posteriores, prevê diversas situações em que as empresas estão impedidas de ingressarem no Simples Nacional, mesmo que seu faturamento não tenha estourado o limite desse regime. Assim sendo, não poderá se beneficiar do Simples Nacional, para nenhum efeito legal, as seguintes pessoas jurídicas, exceto:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- d) constituída sob a forma de cooperativas de consumo;
- e) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

42. Acerca das características da competência tributária, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- () Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela que tenha recebido o produto da repartição.
- () O exercício da competência tributária pelo ente federativo é compulsório, uma vez que a CF/88 determina que sejam instituídos todos os tributos cuja competência seja atribuída aos respectivos entes federativos.

- a) V, F, F
- b) F, F, V
- c) V, V, F
- d) F, V, V
- e) F, V, F

43. De acordo com o art. 155, II, da CF, Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. Acerca da incidência ou não do ICMS sobre combustíveis e energia elétrica, julgue os itens a seguir, e ao final aponte a alternativa que representa quais deles estão corretos:

I – O ICMS não incide sobre as operações que envolvam energia elétrica.

II – Cabe à lei complementar estabelecer as hipóteses de incidência monofásica do ICMS sobre combustíveis e lubrificantes.

III – Na incidência monofásica do ICMS, nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II, III.
- b) I, III.
- c) III.
- d) II.
- e) II, III.

44. De acordo com o Código Tributário Nacional, a lei tributária:

- a) Jamais poderá ser aplicada retroativamente, por violar o princípio da irretroatividade da lei tributária.
- b) Em se tratando de infrações e penalidades, não poderá ser aplicada retroativamente, mesmo que o ato já tenha sido definitivamente julgado.
- c) Não poderá ser aplicada retroativamente, por violar o princípio da irretroatividade da lei tributária.
- d) A aplicação retroativa só poderá ocorrer na hipótese de lei expressamente interpretativa.
- e) A aplicação retroativa pode ocorrer alcançar as penalidades pecuniárias.

45. A partir do que se estuda acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, aponte a alternativa correta:

- a) Ressalvadas as exceções, a anterioridade da lei tributária é uma regra que deve ser aplicada no caso de instituição ou modificação do tributo.
- b) A imunidade dos partidos políticos também alcança as suas respectivas fundações.
- c) A multa moratória não possui caráter confiscatório, seja qual for o seu valor.
- d) O princípio da legalidade impõe a necessidade de lei, ordinária ou complementar, para instituição de tributos, não cabendo a edição de medida provisória.
- e) É vedado à União conceder incentivos fiscais em favor de Estado, Distrito Federal ou Município, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

46. Acerca das limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços;
- b) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição;
- c) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- d) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

47. Constitui exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) a majoração da base de cálculo do IPTU.
- b) a majoração da alíquota do IPVA.
- c) a majoração da alíquota do IPTU.
- d) A majoração da base de cálculo do ITCMD.
- e) A majoração da alíquota do ITR.

48. São tributos de competência da União:

- a) A contribuição de iluminação pública e o IOF.
- b) Os impostos residuais e o imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação.
- c) Os empréstimos compulsórios e o imposto sobre a propriedade territorial urbana.
- d) O IOF e as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- e) Os impostos extraordinários e os impostos municipais nos territórios federais divididos em Municípios.

49. Acerca das regras constitucionais acerca do ICMS, aponte a alternativa correta:

- a) Não incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa jurídica.
- b) Em se tratando do ICMS incidente na importação, o imposto será devido ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço.
- c) Incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física, desde que seja contribuinte habitual do imposto.
- d) O ICMS não incidirá sobre as operações de exportações, ficando, portanto, vedado o aproveitamento de créditos referentes às operações anteriores.
- e) O ICMS incidirá sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.

50. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), são etapas contidas no procedimento de lançamento, exceto:

- a) identificar o sujeito passivo.
- b) determinar a matéria tributável.
- c) calcular o montante do tributo devido.
- d) Realizar o fato gerador da obrigação.
- e) calcular o montante do tributo devido.

51. Acerca da anistia, aponte a alternativa correta de acordo com o Código Tributário Nacional:

- a) A anistia e a remissão são sinônimos de extinção do crédito tributário.
- b) A anistia pode alcançar as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a concede.
- c) A anistia é sempre efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.
- d) A anistia não pode ser limitada a determinada região do território da entidade tributante.
- e) A anistia configura hipótese de exclusão do crédito tributário.

52. Sobre o conceito de tributo, aponte a alternativa que não traz uma de suas características:

- a) não constitui sanção por ato ilícito.
- b) é instituído pela legislação tributária.
- c) trata-se de receita derivada.
- d) o pagamento será realizado em moeda ou em cujo valor nela se possa exprimir.
- e) a cobrança se dá mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

53. Carlos alienou a Maria um apartamento localizado na cidade de Campo Grande. Na venda, não foi exigido pelo tabelião a comprovação do pagamento do ITBI devido nesta operação. Posteriormente, a Fazenda Municipal constatou que o imposto não foi recolhido pelo contribuinte. Diante da ausência de recolhimento ocasionada pela omissão do tabelião, aponte a alternativa correta considerando o disposto no art. 134 do Código Tributário Nacional:

- a) O ITBI deve ser exigido somente do tabelião, por ter sido omissor quanto à exigência de comprovação de pagamento do imposto.
- b) O ITBI não pode ser exigido do tabelião, haja vista não ser este o contribuinte do imposto.
- c) O tabelião será pessoalmente responsável pelo ITBI devido, sendo o contribuinte subsidiariamente obrigado ao pagamento do imposto.
- d) O tabelião responde solidariamente com o contribuinte, no caso de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal por este.
- e) O contribuinte responde solidariamente com o tabelião, no caso de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal por este.

54. Pedro, servidor público federal, domiciliado em São Paulo/SP, vende um imóvel urbano situado em Rio de Janeiro/RJ a Leandro, contador, domiciliado em Uberlândia/MG. Diante da situação em epígrafe, sujeita à incidência do ITBI, pode-se afirmar que o referido imposto será devido:

- a) ao Estado de São Paulo.
- b) ao Município de Uberlândia.
- c) ao Estado de Minas Gerais.
- d) ao Estado do Rio de Janeiro.
- e) ao Município do Rio de Janeiro.

55. Analise as situações abaixo, referentes a três empresas hipotéticas distintas, e indique na resposta, quais delas podem ingressar no Simples Nacional:

- 1) Empresa ABC é uma micro cervejaria artesanal, com receita bruta anual de R\$ 4.500.000,00.
 - 2) Empresa BCD produz pequena vinícola artesanais, com receita bruta anual de R\$ 4.700.000,00.
 - 3) Empresa CDE revende refrigerantes no atacado, com receita bruta anual de R\$ 5.500.000,00.
- a) Apenas a empresa ABC.
 - b) Apenas a empresa BCD.
 - c) As empresas BCD e CDE.
 - d) As empresas ABC e CDE.
 - e) As empresas ABC e BCD.

56. De acordo com o art. 113, do Código Tributário Nacional, a obrigação tributária é principal ou acessória. Acerca da obrigação tributária principal e do crédito tributário, assinale a opção errada:

- a) O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- b) A depender da garantia atribuída ao crédito tributário, a obrigação tributária pode ser afetada.
- c) O lançamento de ofício independe da participação do sujeito passivo.
- d) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- e) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

57. Acerca do pagamento na Lei 5.172/1966, com as respectivas alterações posteriores, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento de um crédito importa em presunção de pagamento, quando parcial, das prestações em que se decompõe;
- b) O pagamento de um crédito importa em presunção de pagamento, quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos;
- c) Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição indicada pelo sujeito ativo.
- d) O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas no CTN ou em lei tributária. Neste caso, se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês.
- e) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre vinte dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

58. De acordo com o art. 205, do CTN, a lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

O CTN ainda prevê situações em que a certidão positiva possui os mesmos efeitos de negativa nos seguintes casos, exceto:

- a) Créditos ainda não inscritos em dívida ativa.
- b) Créditos em curso da execução fiscal, em que tenha sido efetivada a penhora.
- c) Créditos sujeitos a liminar em sede de mandado de segurança.
- d) Créditos parcelados.
- e) Créditos vincendos.

59. No tocante aos dispositivos do Código Tributário Nacional acerca das garantias e privilégios do crédito tributário, aponte a alternativa incorreta:

- a) São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.
- b) A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.
- c) A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, não sendo admitidos créditos parcelados.
- d) Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.
- e) Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

60. O Município hipotético X realizou obra pública, sendo que o total da despesa realizada foi de R\$ 4.000.000,00. Tal obra gerou valorização imobiliária dos imóveis da região, nos seguintes montantes:

Cada imóvel comercial valorizou R\$ 10.000,00;

Cada imóvel residencial valorizou R\$ 8.000,00;

Cada terreno valorizou R\$ 5.000,00;

De acordo com a situação apresentada e o disposto no Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria

- a) Poderá ser lançada e cobrada pelo Estado onde se localiza tal Município desde que atendidos os limites individual e total.
- b) Não é cabível contribuição de melhoria na situação, haja vista a valorização imobiliária não representa capacidade contributiva.
- c) O valor máximo de contribuição de melhoria a ser exigida de cada imóvel é R\$ 10.000,00, independentemente da sua finalidade.
- d) O imóvel residencial terá como limite de contribuição de melhoria o valor de R\$ 8.000,00.
- e) O limite total a ser cobrado dos contribuintes pode superar a despesa realizada com a obra em até 10%, desde que não ultrapasse os limites individuais de valorização imobiliária.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Mauricio*

61. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

62. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) sua receita está vinculada à obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

63. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

64. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de Lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

65. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas à União.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

66. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

67. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

68. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

69. O Prefeito de São Paulo, por meio de Decreto publicado em 20 de dezembro de 2022, alterou a base de cálculo do IPTU para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

70. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

71. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

72. As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

73. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

74. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

75. A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

76. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.

II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, presume-se como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.

III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

77. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

78. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

79. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

80. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL*Regina Vitória*

81. Quanto ao Imposto Predial é CORRETO afirmar:

- a) constitui fato gerador do Imposto Predial a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel não construído, localizado na zona urbana do Município.
- b) para efeitos do Imposto Predial, considera-se construído o imóvel em que houver obra em andamento.
- c) o imposto não incide sobre os imóveis, ou parte destes, considerados como não construídos, para os efeitos da incidência do Imposto Territorial Urbano.
- d) para efeitos do Imposto Predial, consideram-se não construídos os imóveis cuja área construída exceder de 5 (cinco) vezes a ocupada pelas edificações quando situados na 1a subdivisão da zona urbana.
- e) o imposto calcula-se à razão de 1,5 % sobre o valor venal do imóvel, para imóveis utilizados exclusiva ou predominantemente como residência.

82. Nos termos da legislação de regência, NÃO SÃO ISENTOS do Imposto Predial os imóveis:

- a) dos conventos e dos seminários, quando de propriedade de entidades religiosas de qualquer culto, ou por ela utilizados.
- b) construídos pertencentes ao patrimônio de governos estrangeiros, utilizados para sede de seus consulados, desde que haja reciprocidade de tratamento declarada pelo Ministério das Relações Exteriores.
- c) das agremiações desportivas, efetiva e habitualmente utilizados no exercício de suas atividades, desde que não efetuem venda de "poules" ou talões de apostas.
- d) da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB-SP, adquiridos após 03 de novembro de 2003, destinados ou efetivamente utilizados para implementação de empreendimentos habitacionais de interesse social, até a conclusão dos desdobros fiscais dos referidos imóveis.
- e) da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, desde que efetivamente utilizados no exercício de suas atividades institucionais e sem fins lucrativos.

83. No tocante às medidas de fiscalização, é CORRETO afirmar:

- a) o sujeito passivo será cientificado do início da fiscalização por qualquer dos seguintes meios: pessoalmente, por via postal, por meio eletrônico ou por edital publicado no Diário Oficial, sem ordem de preferência.
- b) o início da fiscalização, cientificado o sujeito passivo, não exclui a espontaneidade.
- c) não será admitido o recolhimento do tributo após o início da fiscalização.
- d) a Administração Tributária executará procedimento fiscal ainda que os custos superem a expectativa do correspondente benefício tributário, conforme disposto no regulamento.
- e) as medidas de fiscalização e o lançamento poderão ser revistos, a qualquer momento, respeitado o disposto no parágrafo único do artigo 149 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

84. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os erros existentes na notificação de lançamento e no auto de infração poderão ser corrigidos pelo órgão lançador ou pelo autuante, com anuência de seu superior imediato, enquanto não apresentada impugnação e não inscrito o crédito em dívida ativa.
- b) As incorreções, omissões ou inexatidões da notificação de lançamento e do auto de infração podem torná-los nulos, quando dele constem elementos insuficientes para determinação do crédito tributário, caracterização da infração e identificação do autuado.
- c) Nenhum auto de infração será retificado ou cancelado sem despacho da autoridade administrativa.
- d) O Auditor-Fiscal Tributário Municipal, dentro das suas áreas de competência e circunscrição, terá precedência sobre os demais setores da Administração.
- e) Considera-se indicativo de falta de propósito negocial a opção pela forma mais complexa ou mais onerosa, para os envolvidos, entre duas ou mais formas para a prática de determinado ato.

85. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Cabe pedido de reforma da decisão contrária à Fazenda Municipal, proferida em recurso ordinário e em reexame necessário, que afastar a aplicação da legislação tributária por inconstitucionalidade ou ilegalidade; ou adotar interpretação da legislação tributária divergente da adotada pela jurisprudência firmada nos tribunais judiciais.
- b) Cabe recurso de revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas.
- c) Cabe reexame necessário de decisão contrária à Fazenda Municipal, com efeito suspensivo, que será apreciado pelo Conselho Municipal de Tributos, cabendo desta decisão recurso de revisão e pedido de reforma.
- d) Por proposta do Presidente do Conselho Municipal de Tributos, acolhida pelas Câmaras Reunidas em deliberação tomada por votos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número total de Conselheiros que as integram, a jurisprudência firmada pelo Conselho Municipal de Tributos será objeto de súmula, que terá caráter vinculante para todos os órgãos da Administração Tributária, observados os procedimentos previstos em lei.
- e) O sujeito passivo da obrigação tributária, bem como as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais, poderão formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária, aplicáveis a fato determinado, ficando suspenso o prazo para recolhimento do tributo, após sua apresentação.

86. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As impugnações e recursos tempestivamente interpostos não suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
- b) Não cabe qualquer recurso do despacho denegatório de seguimento de impugnação ou recurso interpostos intempestivamente, ressalvado um único pedido de reconsideração, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação da decisão, dirigido à mesma autoridade julgadora e que verse exclusivamente sobre ausência ou inexistência de intimação ou contagem de prazo.
- c) Os processos remetidos para apreciação da autoridade julgadora deverão ser qualificados, tendo prioridade no julgamento aqueles de maior valor e em que estiverem presentes indícios de crime contra a ordem tributária.
- d) Encerra definitivamente a instância administrativa a decisão que puser fim ao processo fiscal, quando o sujeito passivo interpuser ação judicial relativa aos fatos e aos atos administrativos de exigência do crédito tributário, optando expressamente pela desistência do recurso interposto.
- e) A prova documental poderá ser apresentada em qualquer fase processual do processo administrativo fiscal.

87. Analise as assertivas abaixo:

I - Para fins da incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, as edificações presumem-se concluídas ou modificadas na mais antiga das datas, constatadas em vistoria ou declarada em obrigações acessórias instituídas pela legislação.

II - Os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno serão determinados em função, dentre outros, dos preços correntes das transações e das ofertas à venda no mercado imobiliário, dos custos de reprodução e das locações, tomados em conjunto ou separadamente.

III- A profundidade equivalente do terreno, para aplicação do fator de profundidade de que trata a Tabela I, é obtida mediante a divisão da testada ou, no caso de terrenos de duas ou mais frentes, pela soma das testadas, pela área do imóvel, desprezando-se, no resultado, a fração de metro.

Considerando as assertivas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas a assertiva "I" está correta.
- c) Todas as assertivas estão incorretas.
- d) Apenas a assertiva "II" está incorreta.
- e) Apenas a assertiva "III" está incorreta.

88. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O contribuinte poderá impugnar a base de cálculo do IPTU obtida pela aplicação dos procedimentos previstos em lei, solicitando que a Secretaria Municipal da Fazenda realize avaliação contraditória, na forma e condições estabelecidas.
- b) A partir de 2022, a limitação para cálculo do valor unitário de metro quadrado de terreno, nos termos da Lei nº 10.235, de 1986, fica limitado a R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), para todos os imóveis construídos, de qualquer dos padrões do tipo 2 da Tabela V da mesma Lei.
- c) A diferença nominal entre o crédito tributário total do IPTU do exercício do lançamento e o do exercício anterior fica limitada, no caso de imóveis com utilização exclusiva ou predominantemente residencial, a 25% (vinte e cinco por cento).
- d) Todos os imóveis, construídos ou não, situados na zona urbana do Município, exceto os que gozem de imunidade ou isenção, devem ser inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal.
- e) A inclusão e respectivas atualizações de dados do Cadastro Imobiliário Fiscal serão promovidas pelo sujeito passivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

89. Relativamente ao Cadastro Imobiliário Fiscal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os Impostos Predial e Territorial Urbano serão lançados com base nos dados do Cadastro Imobiliário Fiscal.
- b) A inscrição e respectivas atualizações do Cadastro Imobiliário Fiscal não promovidas na forma da lei pelo sujeito passivo do IPTU são consideradas sonegadas.
- c) Quando a situação de um ou mais imóveis no Cadastro Imobiliário Fiscal for modificada em virtude de desdobro, englobamento ou remembramento, a Subsecretaria da Receita Municipal, da Secretaria Municipal da Fazenda, deve solicitar a prévia autorização dos sujeitos passivos envolvidos para a tomar as providências necessárias a fim de que os valores de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU pagos sob os lotes fiscais ascendentes sejam aproveitados para quitação total ou parcial do IPTU devido sob os novos lotes fiscais.
- d) O aproveitamento dos valores pagos de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU sob os lotes ascendentes para a quitação total ou parcial do IPTU devido sob novos lotes fiscais, nos casos de desdobro, englobamento ou remembramento, aplica-se, inclusive, às hipóteses em que o IPTU pago sob o lote ascendente o tenha sido por pessoa diferente do sujeito passivo do imposto devido em função do lote descendente, em razão do interesse comum entre eles, nos termos do artigo 124 do Código Tributário Nacional.
- e) Ocorrendo modificação de quaisquer dos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal, deverá ele ser atualizado, em formulário próprio, observadas as demais condições regulamentares.

90. Relativamente aos Instrumentos para o Cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana instituídas no Município de São Paulo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, ficam sujeitos aos instrumentos indutores, para que seu proprietário promova o seu adequado aproveitamento, nos termos estabelecidos no § 4º do artigo 182 da Constituição Federal, nos artigos 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e na Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (Plano Diretor Estratégico).
- b) O Executivo, na forma da lei, poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; II - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública; ou III- Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo.
- c) A Prefeitura do Município de São Paulo notificará os proprietários dos imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, para promover seu adequado aproveitamento, devendo também a PMSP averbar a notificação na matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.
- d) Os proprietários notificados para promover o adequado aproveitamento do imóvel, deverão, no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação, comunicar à Prefeitura do Município de São Paulo o início da utilização do imóvel, ou o protocolamento do alvará de aprovação de projeto de parcelamento do solo, ou do alvará de aprovação e execução de edificação.
- e) Será aplicado o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo – IPTU Progressivo, para os imóveis que descumprirem as condições e os prazos estabelecidos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. O IPTU Progressivo será aplicado mediante a majoração anual e consecutiva da alíquota pelo prazo de 5 (cinco) anos, até o limite máximo de 15% (quinze por cento).

91. Relativamente aos Instrumentos Indutores para o Cumprimento da Função Social da Propriedade Urbana no Município de São Paulo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os instrumentos de promoção do adequado aproveitamento de imóveis, aprovados e vigentes no Município São Paulo, não se aplicam àqueles imóveis que possuem isenção ou sobre os quais não incide o IPTU.
- b) O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo – IPTU Progressivo, será aplicado mediante a majoração anual e consecutiva da alíquota, até que seja atingido o limite máximo de 15% (quinze por cento), quando o Município de São Paulo poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- c) Comprovado o cumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ocorrerá o lançamento do IPTU sem a aplicação das alíquotas previstas na lei de regência, ainda no mesmo exercício.
- d) Nas glebas ou lotes com área superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) localizados na Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana, a notificação deverá se referir exclusivamente ao parcelamento compulsório.
- e) A transmissão do imóvel notificado para promover o adequado aproveitamento do solo urbano, por ato “inter vivos” ou “causa mortis”, posterior à data da notificação promovida pela Prefeitura de São Paulo, faz cessar as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização sem interrupção de quaisquer prazos.

92. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para os efeitos de cálculo do valor venal do imóvel, considera-se terreno de esquina, aquele em que os prolongamentos de seus alinhamentos, quando retos, ou das respectivas tangentes, quando curvos, determinam ângulos internos inferiores a 135º (cento e trinta e cinco graus) e superiores a 45º (quarenta e cinco graus).
- b) A área construída bruta será obtida por meio das medições da situação fática do imóvel, sendo que nas áreas pavimentadas descobertas de terraços, sacadas, quadras esportivas, helipontos e heliportos, pelas medidas de seus contornos externos, assim como nas piscinas, pelas medidas dos contornos externos de suas paredes
- c) Na determinação do valor venal serão considerados o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
- d) O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá, no caso de imóvel não construído, com duas ou mais esquinas ou de duas ou mais frentes, ao do logradouro relativo à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal.
- e) Na avaliação de terrenos de esquina, os fatores da Tabela II serão aplicados sobre a área máxima de 1.800 m² (um mil e oitocentos metros quadrados), no caso de três esquinas.

93. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No cálculo da área construída bruta das unidades autônomas de prédios em condomínio, será acrescentada, à área privativa de cada unidade, a parte correspondente nas áreas comuns em função de sua quota-parte.
- b) O valor venal do terreno e do excesso de área, resultará da multiplicação de sua área total pelo correspondente valor unitário de metro quadrado de terreno, constante da Listagem de Valores, e pelos fatores de correção das Tabelas I, II e III, aplicáveis conforme as características do imóvel, e o valor unitário de metro quadrado de construção será obtido pelo enquadramento da construção num dos tipos da Tabela V, em função da sua área predominante, e no padrão de construção cujas características mais se assemelhem às suas.
- c) O valor venal de imóvel construído será apurado pela soma do valor do terreno com o valor da construção, calculados na forma desta Lei n.10.235.
- d) A idade de cada prédio, para aplicação do fator de obsolescência de que trata a Tabela IV, corresponderá à diferença entre o exercício a que se refere o lançamento tributário e o ano do término da construção ou, quando anterior, o de sua efetiva ocupação, sendo a idade reduzida em 50% (cinquenta por cento) no caso de pequena reforma, ou reforma parcial.
- e) A idade de um imóvel residencial não será alterada quando o acréscimo de área edificada resultar da construção de abrigo para veículos ou de piscina.

94. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As imobiliárias e administradoras de imóveis que realizarem intermediação de compra e venda e de aluguéis de imóveis que se constituírem em contribuintes ou responsáveis pela obrigação principal, ficam obrigadas a informar à Administração Tributária, mediante declaração, na forma do regulamento, a ocorrência destas atividades imobiliárias.
- b) O recolhimento do imposto predial e territorial não importa em presunção, por parte da Prefeitura, para quaisquer fins, do direito de propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.
- c) Caso o imposto predial e territorial urbano seja lançado em exercício posterior ao do fato gerador terá o seu valor corrigido monetariamente do mês do fato gerador até o mês da constituição do crédito tributário.
- d) Os débitos de IPTU não pagos nos respectivos vencimentos ficam acrescidos de multa, atualização monetária e juros de mora, aplicados nesta ordem.
- e) Para fins de inscrição na Dívida Ativa, o débito do IPTU será considerado integralmente vencido à data da primeira prestação não paga.

95. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) São isentos do Imposto Territorial os imóveis revestidos de vegetação arbórea, declarada de preservação permanente ou perpetuada, nos termos do artigo 6º do Código Florestal.
- b) Não serão concedidas quaisquer isenções relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, caso tenham ocorrido modificações de quaisquer dos dados constantes da inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Fiscal, e o sujeito passivo não tenha promovido a respectiva atualização cadastral da inscrição imobiliária.
- c) São isentos do Imposto Territorial os terrenos pertencentes ao patrimônio de particulares, quando cedidos em comodato ao Município, ao Estado, ou à União, para fins residenciais, durante o prazo de comodato.
- d) Uma vez deferido o pedido de desconto ou isenção do IPTU para determinado exercício, o benefício deverá ser novamente requerido para exercícios posteriores.
- e) Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU o imóvel integrante do patrimônio do aposentado ou pensionista, bem como de beneficiário de renda mensal vitalícia paga pelo Instituto Nacional de Seguridade Social e de beneficiário do Programa de Amparo Social ao Idoso, criado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, ou outro programa que venha a substituí-lo, cujo valor venal, na data do fato gerador do imposto, seja igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na proporção 100 %, sendo irrelevante o valor bruto recebido pelo interessado.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Henze

96. A respeito do ITBI no Município de São Paulo, quais mutações patrimoniais configuram fato gerador do imposto?

- () Mandato em causa própria quando outorgado para o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel
- () Cessão de direitos decorrente de compromisso de compra e venda
- () O retorno de um imóvel ao domínio do antigo proprietário por força de retrocessão
- () Usufruto
- a) FFVV
- b) FVFF
- c) VVVV
- d) FFFF
- e) FVFF

97. Quem será considerado contribuinte do ITBI em São Paulo:

- a) O vendedor de um apartamento
- b) O cessionário, na cessão de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda.
- c) O proprietário de um imóvel, quando ocorrer extinção do direito real de superfície
- d) O adquirente quando houver transmissão de um direito real de garantia
- e) O transmitente dos bens ou direitos transmitidos

98. Qual o prazo para o pagamento do ITBI no Município de São Paulo?

- a) Em regra, o imposto será pago após a efetivação do contrato de compra e venda se for formalizado por instrumento público.
- b) Em caso de adjudicação, o imposto será pago dentro de 15 dias após a assinatura da carta de adjudicação.
- c) Nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, o imposto será pago dentro de 30 dias, contados do trânsito em julgado da sentença.
- d) O imposto será pago no prazo de 10 dias da data da efetivação do contrato sobre o qual incide, se for formalizado por instrumento particular.
- e) Em caso de arrematação, o imposto será pago antes do trânsito em julgado da respectiva sentença.

99. Marque a alternativa que representa a correta correlação entre a redução prevista em lei da base de cálculo do ITBI em São Paulo e seu fato gerador:

- 1 – Instituição de uso
- 2- Instituição de usufruto
- 3 – Transmissão do domínio direto
- 4 – Transmissão da nova propriedade

Base de cálculo:

- A – 1/3
- B – 2/3
- C – 80%
- D - 20%

- a) 1 -A, 2 – A, 3- C, 4 - D.
- b) 1- B, 2 – A, 3 – C, 4 - C.
- c) 1- D, 2- B, 3- C, 4- A
- d) 1 -A, 2- A, 3 -D, 4 -B
- e) 1 - B, 2- A, 3- D, 4- C

100. De acordo com a legislação Municipal, estão isentos do ITBI em São Paulo

- a) Imóveis de propriedade de pessoas jurídicas de direito público externo, ainda que não destinados ao uso de sua missão diplomática ou consulado.
- b) Áreas com mais de 5.000 metros quadrados efetivamente ocupadas por florestas
- c) Imóveis adquiridos pelo Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social.
- d) Imóveis usados como biblioteca privada.
- e) Imóveis utilizados por clubes de futebol

101. Os notários, oficiais de Registro de Imóveis, ou seus prepostos, que não verificarem a exatidão do documento de identificação do imóvel em uma transação imobiliária, ficam sujeitos à multa de:

- a) 100 reais por item da lei descumprido
- b) 100% do valor do imposto devido
- c) 200 reais por item da lei descumprido
- d) 2.500 reais, caso o descumprimento ocasione falta de tributação
- e) Multa de 50% do valor do imposto devido

102. Apurada qualquer infração à legislação relativa ao ITBI, será efetuado lançamento complementar com a lavratura de Auto de Infração.

Assinale qual alternativa corresponde a um desconto que pode ser usufruído pelo contribuinte para o pagamento do imposto cobrado por meio de um Auto de Infração.

- a) Caso o contribuinte pague os valores cobrados antes da decisão em 2ª instância, o valor das multas será reduzido em 50%
- b) Caso o contribuinte pague os valores cobrados antes da apresentação da impugnação, o valor dos tributos será reduzido em 50%
- c) Caso o contribuinte pague os valores cobrados no prazo para interposição de recurso ordinário, o valor dos tributos e multas será reduzido em 25%
- d) Caso o contribuinte pague os valores cobrados no prazo para apresentação de defesa, a cobrança das multas será anulada.
- e) Caso o contribuinte pague os valores cobrados no curso da análise da impugnação, o valor das multas será reduzido em 25%.

103. Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa de Fiscalização de Anúncios:

- a) Quando o contribuinte instalar o anúncio publicitário, nos casos de publicidade em via expressa.
- b) Quando a Prefeitura emitir o laudo autorizando a instalação da peça publicitária.
- c) No dia 1º de janeiro, quando o período de incidência for anual.
- d) Quando efetivamente fiscalizado o anúncio por equipe da Prefeitura.
- e) No momento em que for inaugurado o anúncio, nos casos de letreiro exposto ao público.

104. A contribuição de melhoria instituída pela Lei nº 10.212 e cobrada do Município de São Paulo não incide:

- a) Em caso de pavimentação de vias executada pela Prefeitura através de seus órgãos da Administração Direta.
- b) Quando o imóvel beneficiado pela melhoria gozar de isenção de IPTU devidamente reconhecida pela Prefeitura.
- c) Quando o titular do imóvel beneficiado for maior de 60 anos e este for seu único imóvel utilizado para fins residenciais
- d) Quando o imóvel beneficiado estiver situado em zona rural.
- e) Nos casos em que a obra efetuada ocasionar benefício indireto ao imóvel.

105. A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, nos prazos regulamentares, implicará cobrança de:

- a) multa moratória de 10%, se o pagamento efetuar-se após o vencimento;
- b) juros moratórios, à razão de 1% ao mês, devidos a partir do mês da ocorrência do fato gerador, contando-se como mês completo qualquer fração dele;
- c) multa moratória de 20%, se o pagamento efetuar-se antes do auto de infração;
- d) juros moratórios, à razão de 1% ao mês, devidos a partir do mês imediato ao do vencimento, contando-se como mês completo qualquer fração dele;
- e) multa moratória de 15%, se o pagamento efetuar-se após o vencimento;

106. A Lei nº 14.094 de 2005 criou em São Paulo o Cadastro Informativo Municipal a fim de registrar pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo.

A inclusão de determinada pessoa nesse cadastro pode acarretar qual consequência?

- a) Os órgãos fazendários devem promover a abertura de ação fiscal específica.
- b) Deve ser lavrado termo de representação fiscal para fins penais.
- c) A Prefeitura fica impedida de conceder incentivos fiscais e financeiros.
- d) A fiscalização deve proceder ao lançamento e cobrança do IPTU progressivo.
- e) Suspensão temporária da inscrição municipal.

107. Determinada sociedade de profissionais habilitados ao exercício da mesma atividade, presta serviço de forma pessoal em nome da sociedade, sendo, por esse motivo e em função do serviço prestado, enquadrada no Regime Especial de recolhimento de ISS.

Ocorre que essa sociedade deixou de satisfazer as condições para manutenção nesse regime e acabou sendo desenquadrada dele por ato de Autoridade Fiscal competente.

Buscando regularizar os débitos de ISS oriundos desse desenquadramento, a sociedade aderiu ao Programa de Regularização de Débitos da Prefeitura tempestivamente.

Nesse caso, qual débito não poderá fazer parte do PRD?

- a) Originários de Auto de Infração lavrado por não emissão de notas fiscais.
- b) Débitos confessados pelo contribuinte.
- c) Débitos oriundos de período anterior ao do enquadramento no regime especial de recolhimento
- d) Débitos oriundos de parcelamento.
- e) Originários de Auto de Infração lavrado por não pagamento de ISS.

108. Em relação ao Cadastro de Contribuintes Mobiliários – CCM, assinale a alternativa incorreta:

- a) Será formado por dados obtidos da inscrição, além dos elementos obtidos pela fiscalização.
- b) A inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários deverá ser promovida pelo contribuinte, em formulário próprio, com os dados necessários à sua identificação e localização e à caracterização dos serviços prestados ou das atividades exercidas
- c) Os dados apresentados na inscrição deverão ser alterados pelo contribuinte, na forma e nos prazos regulamentares, sempre que ocorram fatos ou circunstâncias que impliquem em sua modificação, salvo nos casos de venda ou transferência de estabelecimento.
- d) A Administração poderá promover de ofício, inscrição, alterações cadastrais ou cancelamento da inscrição, na forma regulamentar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis
- e) É facultado à Administração promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante convocação, por edital, dos contribuintes

109. Para efeitos de cobrança da Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos, considera-se atividade provisória:

- a) A que for exercida por comerciantes sem estrutura permanente.
- b) A que for exercida após expedição de Autorização para Exercício de Atividade Provisória pela Prefeitura Municipal.
- c) Qualquer atividade exercida por ambulante devidamente cadastrado.
- d) A que for exercida em período de 6 (seis) até 90 (noventa) dias.
- e) A que for exercida em período de até 5 (cinco) dias.

110. Acerca das infrações à legislação tributária municipal referente à Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos em São Paulo, assinale a alternativa que aponta uma sanção adequada ao descumprimento do dever de efetuar a inscrição de um estabelecimento no cadastro fiscal de tributos mobiliários.

- a) R\$ 500,00, quando a falta de inscrição ocasionar redução de carga tributária.
- b) Multa de 50% do valor da Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos devida.
- c) Suspensão da possibilidade de inscrição por 1 ano.
- d) R\$ 750,00, quando a infração for apurada por meio de ação fiscal.
- e) Inclusão em regime especial de fiscalização.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Bruno Langoni

111. Analise as assertivas abaixo, tendo como parâmetro o Decreto 62.137/22:

- I – O ISS incide sobre o serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país.
- II - Os serviços especificados na lista de serviços ficam sujeitos ao ISS, salvo nas situações em que a respectiva prestação envolva fornecimento de mercadorias, hipótese em que incidirá, exclusivamente, o ICMS.
- III - O ISS incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, exceto quando cobrado pedágio do usuário final, que tem natureza jurídica de taxa.

Assinale a alternativa que apresente apenas assertivas corretas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

112. Em linha com o que prescreve o Decreto 62.137/22, a incidência do ISS independe, exceto:

- a) da denominação dada ao serviço prestado.
- b) da existência de estabelecimento fixo.
- c) o cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis.
- d) do resultado financeiro obtido.
- e) da previsão expressa na lista de serviços.

113. Analise as situações abaixo:

I – A sociedade empresária Gama, em abril de 2023, realizou a exportação de serviços de desenhos técnicos (descritos pelo subitem 32.01), que se desenvolveram, integralmente, em sua sede, no Município de São Paulo, local onde ocorreu o resultado. Frise-se que o pagamento foi realizado pela contratante, a Besmart, estabelecida na Suécia.

II – Josué é empregado da Delta, estabelecida no município de São Paulo, e lá realiza atividades de programação e comunicação visual, estando subordinado hierarquicamente à Paulo, seu chefe imediato.

III – Mauro realizou operação na bolsa de valores, adquirindo 1 lote de 100 ações da Petrobrás.

À luz do que prevê o Decreto 62.137/22, é correto afirmar que incide o ISS sobre as situações previstas em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

114. A sociedade empresária Remo, estabelecida no Município de Guarulhos/SP, prestou serviço de limpeza (descrito pelo subitem 7.10) da lista de serviços para a Juruá Ltda, estabelecida no Município de São Paulo/SP.

Sabendo-se que o serviço foi realizado em São Paulo/SP, de acordo com o que estabelece o 62.137/22 é correto afirmar que:

- a) O ISS será devido ao Município de São Paulo, devendo ser retido o imposto pela Juruá.
- b) O ISS será devido ao Município de Guarulhos, local do estabelecimento prestador, devendo o imposto ser recolhido pela Remo.
- c) O ISS será devido ao Município de São Paulo, devendo ser recolhido pela Remo.
- d) O ISS será devido ao Município de Guarulhos, devendo ser o ISS retido pela Juruá e recolhido para o Município do local do estabelecimento prestador.
- e) O ISS será devido ao Município de São Paulo, devendo ser recolhido pelo prestador desde que não tenha havido a retenção do imposto.

115. A sociedade empresária Gama, estabelecida no Município de São Paulo/SO, é prestadora de serviços de auditoria (descrito pelo subitem 17.15 da lista de serviço), realizando suas atividades habitualmente no estabelecimento de seus contratantes.

Em maio de 2023, foi contratada pela empresa Gama, estabelecida em Curitiba/PR, deslocando alguns de seus funcionários que lá realizaram algumas atividades vinculadas ao seu objeto social (auditoria).

Nesse caso, sabendo-se que a Gama mantém em São Paulo pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos próprios necessários à execução dos serviços de auditoria, em linha com o que estabelece o Decreto 62.137/22 é correto afirmar que:

- a) O ISS será devido ao Município de Curitiba, devendo a Gama realizar o recolhimento do imposto.
- b) O ISS será devido ao Município de Curitiba, em razão de o serviço de auditoria ser devido no local da execução da atividade.
- c) O ISS será devido ao Município de Curitiba, por conta de por sua natureza, ser executado habitualmente fora de seu estabelecimento em São Paulo.
- d) O ISS será devido ao Município de São Paulo, em razão de o serviço de auditoria ser devido no local do estabelecimento prestador, não o descaracterizando o fato de ser executado habitualmente fora de seu estabelecimento em São Paulo.
- e) O ISS será devido ao Município de São Paulo, desde que presentes, ao menos, dois elementos que configurem a existência de estabelecimento prestador.

116. Analise as situações descritas a seguir:

I – A sociedade empresária Alpha, prestadora de serviços de locação de dutos, descritos pelo subitem 3.03 da lista de serviços, prestou serviços à empresa Delta, sendo que dos 1.000km dos dutos locados, 1% deles estão localizados no Município de São Paulo.

II – Dos 10.000km da rodovia explorada pela Concessionária Autorã (sendo o serviço descrito pelo subitem 22.01 – serviços de exploração de rodovias), 100km estão nos limites territoriais do Município de São Paulo.

III – A sociedade empresária Delta, estabelecida em São Paulo, prestou serviços de prestação de movimentação de passageiros (descrito pelo subitem 20.01) no Município de Santos.

De acordo com o que determina o Decreto 62.137/22, é correto afirmar que o ISS será devido ao Município de São Paulo nas situações descritas em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

117. A sociedade empresária Caxangá, estabelecida em Santa do Parnaíba, prestou serviços de medicina (descrito pelo subitem 4.01) para tomador estabelecido no Município de São Paulo, sendo o serviço executado nesse último município.

Destaque-se que a alíquota constante no documento fiscal que acobertou a prestação era de 1%.

Nesses termos, à luz do que preleciona o Decreto 62.137/22, é correto afirmar que:

- a) O ISS será devido ao Município de Santana do Parnaíba, em razão de o serviço descrito pelo subitem 4.01 ser devido no local do estabelecimento prestador.
- b) O ISS será devido ao Município de Santana do Parnaíba, em razão de o serviço descrito pelo subitem 4.01 ser devido no local do estabelecimento prestador e ser possível, na prestação em espécie, ser a alíquota inferior à mínima.
- c) O ISS será devido ao Município de São Paulo, em razão do deslocamento do aspecto espacial promovido pela violação à alíquota mínima.
- d) O ISS será devido ao Município de São Paulo, desde que o tomador seja considerado responsável pelo imposto.
- e) O ISS será devido ao Município de São Paulo, em razão de o serviço prestador se configurar como exceção ao local do estabelecimento prestador.

118. De acordo com o Decreto 62.137/22, existência de estabelecimento prestador que configure unidade econômica ou profissional é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos, exceto:

- a) manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos próprios ou de terceiros necessários à execução dos serviços.
- b) estrutura organizacional ou administrativa.
- c) inscrição nos órgãos trabalhistas.
- d) indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos.
- e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada, inclusive, através da indicação do endereço em impressos, formulários, correspondências, "site" na internet, propaganda ou publicidade, contratos, contas de telefone, contas de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

119. O Hospital Gemini, estabelecido em São Paulo, contratou Paulo, advogado autônomo domiciliado no município e inscrito no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), para prestar-lhes serviços advocatícios (descritos pelo subitem 17.13).

Assim, sabendo-se que não emitiu qualquer documento fiscal (sequer recibo) para acobertar a prestação é correto afirmar que:

- a) Será a Gemini responsável pelo ISS, devendo promover a retenção e recolhimento ao município.
- b) Será a Gemini responsável pelo ISS, em razão de os hospitais serem responsáveis pelo imposto incidente sobre todos os serviços em que figurarem como tomadores.
- c) Será a Gemini responsável pelo ISS, em razão de expressa previsão em caso de contratação de serviços advocatícios.
- d) Não será a Gemini responsável pelo ISS, em razão de ser o serviço prestado por profissional autônomo inscrito no CCM.
- e) Não será a Gemini responsável pelo ISS, em razão de ser os profissionais autônomos gozarem de isenção no Município de São Paulo.

120. Analisa as assertivas abaixo, que versam sobre a base de cálculo do ISS:

I – A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, como tal considerada a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição.

II – Na falta desse preço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o corrente na praça.

III – O montante do imposto é considerado parte integrante e indissociável do preço, constituindo o respectivo destaque nos documentos fiscais mera indicação de controle.

Assinale a alternativa que apresente apenas as assertivas corretas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

121. A respeito do Poder Constituinte, conforme posicionamento doutrinário dominante, indique a assertiva correta.

- a) O Poder Constituinte Originário é limitado pelas normas constitucionais pré-existentes.
- b) O Poder Constituinte Derivado é ilimitado, podendo alterar qualquer cláusula da Constituição sem restrições.
- c) O Poder Constituinte Originário é absoluto, não sendo submetido a qualquer limitação jurídica ou política.
- d) O Poder Constituinte Derivado é obrigatoriamente conferido ao Poder Legislativo e permite apenas emendas de revisão na Constituição.
- e) O Poder Constituinte Originário é temporário, sendo extinto após a promulgação da nova Constituição.

122. De acordo com a Constituição Federal brasileira, aponte a alternativa que não contém hipótese de obtenção da nacionalidade brasileira.

- a) Filhos de pais brasileiros, nascidos no exterior, desde que um dos pais esteja a serviço do Brasil.
- b) Indivíduos nascidos no Brasil, de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- c) Filhos de brasileiros nascidos no exterior, que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) Cônjuges estrangeiros de brasileiro, desde que estejam casados há mais de 5 anos e tenham residência fixa no Brasil.
- e) Filhos de brasileiros nascidos no exterior, desde que sejam registrados em repartição consular brasileira competente.

123. Nos termos do art. 109 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta acerca da competência da Justiça Federal para julgamento de causas:

- a) A Justiça Federal é competente para processar e julgar as causas de litígios entre estados federados, quando a matéria em questão for de interesse relevante para a União.
- b) A Justiça Federal possui competência para processar e julgar as causas de direitos fundamentais, quando a lesão ou ameaça a tais direitos for praticada por pessoa jurídica de direito privado.
- c) A Justiça Federal é competente para processar e julgar apenas as causas em que a Administração Pública direta da União for autora, ré, assistente ou oponente, nesses casos excluindo a competência dos estados federados e dos municípios.
- d) A Justiça Federal é competente para processar e julgar as causas de litígios decorrentes de tratados e acordos internacionais, quando houver interesse da União na matéria.
- e) A Justiça Federal é competente para processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, inclusive as contravenções.

124. A Constituição Federal atribuiu competências legislativas e administrativas aos entes federados. Considerando a repartição de competências administrativas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete aos Estados elaborar e executar planos regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- b) Compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.
- c) Compete à União explorar os serviços de radiodifusão.
- d) Compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano.
- e) Compete também aos municípios proteger os sítios arqueológicos.

125. Analise as seguintes afirmações acerca do Poder Judiciário e assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

- I- Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os Ministros de Estado nos crimes de Responsabilidade.
 - II- Caso não sejam feitas pelo Presidente da República no prazo legal, as indicações ao CNJ serão feitas pelo Senado Federal.
 - III- É considerada relevante, para fins de Recurso Especial, a ação cujo valor da causa ultrapasse 500 salários-mínimos.
- a) Todos estão corretos.
 - b) Nenhum está correto
 - c) I e II apenas.
 - d) I e III apenas.
 - e) II e III apenas.

125. Analise as seguintes afirmações acerca do Poder Judiciário e assinale a alternativa que apresenta os itens corretos:

- I- Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar os Ministros de Estado nos crimes de Responsabilidade.
 - II- Caso não sejam feitas pelo Presidente da República no prazo legal, as indicações ao CNJ serão feitas pelo Senado Federal.
 - III- É considerada relevante, para fins de Recurso Especial, a ação cujo valor da causa ultrapasse 500 salários-mínimos.
- a) Todos estão corretos.
 - b) Nenhum está correto
 - c) I e II apenas.
 - d) I e III apenas.
 - e) II e III apenas.

126. O Projeto de Lei nº YY foi aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional e enviado ao Presidente da República. Feita a análise pelos Ministérios que atuavam nas respectivas temáticas, o Chefe do Poder Executivo concordou com uma parte do Projeto e entendeu que a outra contrariava o interesse público, motivo pelo qual após veto.

Nesse caso, a respeito da parte incontroversa do projeto, o Presidente da República deve

- a) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da manutenção, ou não, do veto, para que a lei seja promulgada em ato único.
- b) promulgar a parte incontroversa do projeto, que não foi sancionada, antes mesmo da manifestação ou da rejeição do veto pelo Poder Legislativo.
- c) aguardar finalização do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito do veto, e promulgar, juntas, a parte incontroversa do projeto e a que teve o veto derrubado.
- d) promulgar a parte incontroversa do projeto, que foi sancionada, sendo que a rejeição do veto, pelo Poder Legislativo, dará origem a uma nova lei.
- e) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, de modo que promulgação da lei seja feita pelo Presidente do Congresso Nacional.

127. Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

128. Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
- e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

129. O estado W editou lei que prevê a apreensão de motocicletas, por autoridade de trânsito, em razão de inadimplemento do IPVA. Tal lei foi contestada junto ao STF.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta com base na jurisprudência do Supremo:

- a) A lei deve ser declarada constitucional, tendo em vista o interesse local que norteou a edição da lei.
- b) A lei deve ser declarada constitucional, uma vez que tal a competência para legislar sobre IPVA é dos estados.
- c) A lei deve ser declarada inconstitucional, pois viola competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.
- d) A lei deve ser declarada constitucional, tendo em vista a possibilidade aberta pelo CTB para o agravamento de sanções pelos estados e municípios.
- e) A lei deve ser declarada inconstitucional, pois viola competência exclusiva da União para legislar sobre trânsito e transporte.

130. Analise os seguintes itens:

- I- É constitucional norma de Constituição Estadual que amplia as competências de Assembleia Legislativa para julgamento de contas de gestores públicos. (2)
- II- Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. (3)
- III- A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. (6)
- IV – Perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada. (10)

Assinale a alternativa que apresenta a soma do valor dos itens INCORRETOS:

- a) 5.
- b) 8.
- c) 11.
- d) 12.
- e) 15.

131. Nos termos do Art. 18 da Constituição Federal, “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.

Acerca da organização do Estado, está correto afirmar, EXCETO:

- a) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- b) É vedado aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- c) A União é uma Pessoa Jurídica de Direito Público Interno.
- d) É vedado aos Estados subvencionar cultos religiosos ou igrejas.
- e) No âmbito externo a República Federativa do Brasil representa a União.

132. As Comissões Parlamentares de Inquérito se destinam a investigar fato de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do País.

Com base em seu conhecimento sobre CPI, analise os seguintes itens e então assinale a alternativa que contenha os itens incorretos.

- I- É dispensada a proporcionalidade partidária.
 - II- Reflete o direito da minoria.
 - III- A quebra de sigilo bancário poderá ser determinada pela CPI.
- a) I
 - b) II
 - c) III
 - d) I e III.
 - e) II e III.

133. A respeito da legitimidade ativa das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional nas ações do controle objetivo de constitucionalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) A entidade que não representa a totalidade de sua categoria profissional não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Associações diversas, independentemente de representação profissional ou empresarial, desde que legalmente constituídas e de âmbito nacional, têm legitimidade ativa para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- c) As entidades de classe, para configuração do âmbito nacional, deverão ter representatividade em pelo menos nove estados brasileiros.
- d) A legitimação ativa das entidades de classe para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade depende da demonstração de pertinência temática.
- e) Para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade, as entidades de classe de âmbito nacional precisarão constituir advogado, que deverá juntar procuração aos autos.

134. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.
- d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.
- e) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

135. Segundo o *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, é INCORRETO afirmar que:

- a) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio eterno para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- e) Será concedido mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

136. Em relação aos poderes e deveres administrativos, assinale a opção correta:

- a) uma das características do chamado poder vinculado é a apreciação de aspectos de conveniência e oportunidade administrativas.
- b) o poder hierárquico se manifesta quando uma autoridade superior avoca atos administrativos de um subordinado, bem como quando ocorre a revisão desses atos.
- c) o poder disciplinar se refere ao poder punitivo do Estado que incide sobre os particulares que descumprem normas administrativas, como as regras de trânsito e normas de vigilância sanitária.
- d) uma das características do poder regulamentar é que este se manifesta através de atos administrativos de efeitos concretos, podendo sempre inovar no âmbito administrativo.
- e) as condutas praticadas com abuso de poder podem ser revistas administrativamente, não estando sujeitas à apreciação judicial quando se tratar de desvio de finalidade.

137. Suponha que João, superior hierárquico de José, determine a remoção do subordinado como forma de punição, em razão de desavenças ocorridas na repartição. Nesse caso, o ato administrativo de remoção contém vício de

- a) motivo, podendo ser convalidado.
- b) competência, e pode ser convalidado.
- c) forma, vedada a convalidação.
- d) finalidade, vedada a convalidação.
- e) competência, sendo vedada a convalidação.

138. A licitação fracassada é aquela em que todos os licitantes foram inabilitados ou todas as propostas foram desclassificadas. Nesses casos, considerando o disposto na Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que

- a) a licitação será dispensável, autorizando-se a contratação direta.
- b) é obrigatório o encerramento do procedimento e a abertura de um novo edital, convocando-se os mesmos licitantes do procedimento anterior.
- c) faz-se necessária a realização de uma nova licitação, apenas com novos licitantes.
- d) poderá ser fixado prazo para apresentação, pelos licitantes, de novos documentos ou novas propostas.
- e) a licitação será inexigível, autorizando-se a contratação direta.

139. Conforme previsão da Lei nº 14.133/21, o edital de licitação deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. A respeito do tema, assinale a opção correta

- a) em qualquer hipótese, a Administração adotará minutas padronizadas e contratos com cláusulas uniformes.
- b) é obrigatória a previsão em edital da utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.
- c) todos os elementos do edital, exceto a minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial.
- d) é vedada a previsão, no edital, de que a responsabilidade pela obtenção de licenciamento ambiental seja do contratado.
- e) o edital poderá exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.

140. A Lei nº 14.133/21 prevê o estabelecimento de garantias nas contratações de obras, serviços e fornecimentos. Sobre as garantias contratuais, assinale a opção correta:

- a) nas contratações de obra, a adoção da modalidade seguro-garantia é obrigatória.
- b) a garantia em caução somente é aceita se for em dinheiro.
- c) nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual se houver justificativa relacionada aos riscos e à complexidade do objeto.
- d) o valor do seguro-garantia não abrange eventuais multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento.
- e) o valor dos bens entregues pela administração para que o contratado fique como depositário não deve ser acrescido ao valor da garantia.

141. Quando o poder público retoma o serviço público dentro do prazo da concessão, na posição de poder concedente, por motivo de interesse público temos a chamada encampação. A encampação depende ainda de

- a) somente decreto autorizativo da encampação.
- b) designação de um interventor, de um prazo para a intervenção e fixação dos limites da medida.
- c) verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.
- d) lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.
- e) instauração de processo administrativo para comprovação da inadimplência, com posterior declaração da encampação por decreto.

142. Acerca do regime constitucional dos servidores públicos e do entendimento dos Tribunais Superiores acerca do concurso público, assinale a opção correta:

- a) em regra, é possível a aplicação da teoria do fato consumado em concursos públicos, em especial quando os candidatos assumirem os cargos públicos por força de decisão judicial provisória que tenha sido posteriormente revista.
- b) os editais de concurso público podem, como regra, estabelecer restrição a pessoas com qualquer tipo de tatuagem, em razão do princípio da moralidade.
- c) é possível que os editais restrinjam a participação de candidatos que estejam respondendo a inquéritos ou ações penais, independentemente de lei que institua essa restrição.
- d) o limite de idade, quando regularmente fixado em lei e no edital de determinado concurso público, há de ser comprovado no momento da inscrição no certame.
- e) os testes de aptidão psicotécnica em concursos públicos têm validade ainda que previstos somente no edital do certame, desde que pautado em critérios objetivos.

143. Sobre o regime jurídico dos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído.
- b) os bens públicos de uso comum do povo podem ser alienados, já os de uso especial são inalienáveis.
- c) não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público que tenham estrutura integralmente pública.
- d) são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e externo.
- e) os bens públicos dominicais são inalienáveis.

144. Acerca da responsabilidade civil estatal, com base na jurisprudência mais atual dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- a) a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos em que houver comprovado dolo.
- b) em qualquer caso, o Estado é responsável pela morte de detento sob sua guarda.
- c) não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- d) é objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes, vedada a utilização de excludentes de responsabilidade civil.
- e) o Estado responde, subjetivamente, pelos danos causados por notários e registradores.

145. A Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92 passou recentemente por importante reforma, através da Lei nº 14.230/21. Acerca do prazo prescricional das ações de improbidade, é correto afirmar que atualmente

- a) o prazo prescricional é de cinco anos após o término do mandato, cargo em comissão ou função de confiança.
- b) o prazo prescricional aplicável aos atos de improbidade será aquele previsto na lei para faltas disciplinares puníveis com demissão, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- c) o prazo prescricional é de cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelo administrador público.
- d) a ação de improbidade prescreve em cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- e) o prazo para ajuizamento da ação para a aplicação das sanções previstas na LIA prescreve em oito anos, contados do dia em que cessou a permanência, nos casos de infrações permanentes.

146. A Lei nº 14.230/2021 inseriu o § 1º ao art. 1º da Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa trazendo uma nova definição de ato de improbidade administrativa. Acerca desse tema e das demais inovações constantes da LIA, assinale a opção correta:

- a) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano, sem prejuízo das demais sanções por improbidade.
- b) consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.
- c) a culpa é a vontade livre e consciente de alcançar os resultados ilícitos tipificados como atos de improbidade administrativa.
- d) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades públicas citadas na lei.
- e) consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei.

147. Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta.

- a) o Tribunal de Contas tem o prazo de 10 anos para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.
- b) o prazo para que o Tribunal de Contas julgue a legalidade dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão começa a contar da data da primeira decisão proferida pela Corte de Contas.
- c) em atenção ao princípio da confiança legítima, o Tribunal de Contas não está sujeito a prazo para julgamento da legalidade dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.
- d) o prazo para o Tribunal de Contas apreciar os atos de concessão de aposentadoria é de dez anos, devendo encaminhar o processo ao Poder Judiciário para julgamento da legalidade desses atos.
- e) em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

148. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno que tem, dentre outras, a finalidade de.

- a) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- b) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- c) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- d) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- e) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

149. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade dos titulares dos dados. De acordo com essa Lei, o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado mediante o fornecimento de consentimento pelo titular. Sobre o consentimento, é correto afirmar que

- a) mesmo que os dados tenham sido tornados públicos pelo particular, é exigido o seu consentimento para a divulgação.
- b) a eventual dispensa da exigência do consentimento desobriga os agentes de tratamento da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.
- c) o consentimento deve sempre ser fornecido por escrito.
- d) o consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado.
- e) é proibido o tratamento de dados pessoais sensíveis sem fornecimento de consentimento do titular.

150. A Lei nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e é chamada de Lei Anticorrupção. A respeito das previsões dessa Lei, é correto afirmar que

- a) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- b) a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.
- c) a pessoa jurídica não será responsabilizada sem a necessária responsabilização individual de seus dirigentes.
- d) a pessoa jurídica se exonera da responsabilidade na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- e) os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

AUDITORIA

Guilherme Santanna

151. A determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional. Nesse contexto, o auditor

- a) deverá determinar a materialidade para execução da auditoria com o objetivo de avaliar os riscos de detecção de impactos relevantes, pelos controles internos da entidade.
- b) deverá considerar a materialidade até, no máximo, 5% do ativo total da entidade.
- c) exercerá julgamento sobre as distorções que são consideradas relevantes. Esse julgamento fornece a base para, entre outros objetivos, determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco.
- d) analisará os controles internos específicos que se relacionam com as informações contidas nos relatórios da administração e nas notas explicativas, objetivando identificar a base para o cálculo da materialidade específica para avaliação dos impactos relevantes nas demonstrações contábeis.
- e) deverá manter os responsáveis pela governança da entidade informados acerca da tomada de decisão quanto ao valor da materialidade, de forma a facilitar o entendimento quanto às distorções aceitáveis nas demonstrações contábeis.

152. De acordo com a norma de auditoria relacionada à “amostragem em auditoria”, assinale a alternativa correta.

- a) O tamanho da amostra deve ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística.
- b) O auditor deve selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
- c) Taxa tolerável de desvio é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja excedido pela distorção real na população.
- d) A seleção de bloco geralmente pode ser usada em amostragem de auditoria porque a maioria das populações está estruturada de modo que esses itens em sequência podem ter características semelhantes entre si.
- e) Para os testes de detalhes, o auditor não precisa projetar, para a população, as distorções encontradas na amostra.

153. No que tange à auditoria interna, é correto afirmar que

- a) a auditoria interna é exercida nas pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo.
- b) a atividade da auditoria interna está estruturada em procedimentos, com enfoque exclusivamente técnico e sistemático, e tem por finalidade agregar valor à entidade.
- c) a auditoria interna usa procedimentos completamente distintos da auditoria externa.
- d) a auditoria interna deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades.
- e) Diferentemente da auditoria externa, não há a necessidade de o trabalho do auditor interno ser documentado.

154. Avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros, bem como os exames necessários de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados, conforme as normas de auditoria, são

- a) procedimentos analíticos.
- b) testes de controles internos.
- c) confirmações de informações contábeis com fontes externas a elas.
- d) técnicas de correlação de informações.
- e) benchmarking.

155. No que se refere à auditoria em ativos de maior liquidez, o procedimento que consiste em verificar as transações registradas pela empresa e não registrada pelos bancos e vice-versa é denominado

- a) contagem bancária.
- b) confirmação de saldos bancários.
- c) corte de cheques.
- d) teste das transferências bancárias.
- e) teste de conciliações bancárias.

156. Quanto aos tipos de riscos de auditoria, é correto afirmar que

- a) o risco de detecção independe da ação do auditor.
- b) o risco de controle está ligado ao grau de eficácia dos procedimentos conduzidos pelo auditor.
- c) o risco inerente é um risco próprio da natureza da atividade em questão.
- d) o risco de controle é o risco de o auditor não detectar um erro ou fraude.
- e) o risco de distorção relevante se divide em risco de controle e risco de detecção.

157. Em relação a eventos subsequentes, de acordo com a NBC TA 560, é correto afirmar que

- a) eventos subsequentes são eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data da aprovação das demonstrações contábeis.
- b) segundo a referida norma, a data do relatório do auditor independente pode ser anterior à data de aprovação das demonstrações contábeis, desde que a administração ou os responsáveis pela governança corporativa da entidade não se oponham.
- c) Data das demonstrações contábeis é a data em que todos os quadros que compõem as demonstrações contábeis foram elaborados e que aqueles com autoridade reconhecida afirmam que assumem a responsabilidade por essas demonstrações contábeis.
- d) o auditor independente deve solicitar à administração e, quando apropriado, aos responsáveis pela governança, uma representação formal de que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis, que requerem ajuste ou divulgação, foram ajustados ou divulgados.
- e) se eventos subsequentes que podem alterar seu relatório chegarem ao conhecimento do auditor independente após a data do seu relatório, ele está dispensado, segundo a referida norma, de efetuar qualquer procedimento adicional de auditoria, mesmo que as demonstrações contábeis ainda não tenham sido divulgadas.

158. A respeito da documentação de um trabalho de auditoria, é correto afirmar, com base nas normas técnicas aplicáveis, que é uma das suas finalidades, entre outras:

- a) assistir aos membros da equipe de trabalho responsáveis pela direção e supervisão do trabalho de auditoria e no cumprimento de suas responsabilidades de revisão.
- b) tornar opcional para a equipe de trabalho a formalização do planejamento da auditoria.
- c) garantir a qualidade dos trabalhos de auditoria executados.
- d) servir de base para a seleção do procedimento de auditoria a ser realizado.
- e) assegurar que o trabalho seja realizado por profissional experiente.

159. O auditor identificou um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações contábeis e que, de acordo com o seu julgamento, é relevante para os usuários entenderem a auditoria, as responsabilidades do auditor e seu relatório. Nesse caso, para esse tipo de divulgação, o auditor incluirá em seu relatório

- a) um parágrafo de ênfase.
- b) um parágrafo de outros assuntos.
- c) um parágrafo de opinião com ressalva.
- d) uma negativa de opinião.
- e) uma modificação no escopo do trabalho.

160. O processo estabelecido para fornecer uma avaliação objetiva dos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho e das conclusões obtidas sobre eles, devendo ser concluído na data, ou antes da data, do relatório do trabalho, é denominado

- a) Gestão da qualidade da auditoria de demonstrações contábeis.
- b) Monitoramento.
- c) Procedimentos de avaliação de riscos.
- d) Supervisão de qualidade.
- e) Revisão de qualidade do trabalho.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
